



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A ACESSIBILIDADE NO
AMBIENTE ESCOLAR**

MÁRCIA DE PAULA MARTINS

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A ACESSIBILIDADE NO
AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da professora Adriana Andrade Gonçalves do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

MÁRCIA DE PAULA MARTINS

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof..... -Avaliador – UFMG

Profa. Adriana Andrade Gonçalves - Orientadora – UFMG

Belo Horizonte, 21 de março de 2015

RESUMO

O presente trabalho apresenta como propósito a análise e observação realizada na Escola Municipal Centro de Educação Infantil Cinderela em relação à sua Gestão e ao Projeto Político Pedagógico. Aborda o funcionamento da escola, aspectos físicos e de seus funcionários. A análise posterior à apresentação do Projeto Político Pedagógico deu-se no sentido de buscar na literatura elementos legais e teóricos que esclarecessem a necessidade de elaboração do Projeto Político Pedagógico observando a questão da acessibilidade para portadores de deficiência física inexistente no Projeto Político Pedagógico da escola em questão.

Palavras-chave: Espaço físico escolar; aprendizagem; gestão democrática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR	7
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
REFERÊNCIAS	13
ANEXO: Projeto Político Pedagógico	14

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi realizado através da análise do Centro de Educação Infantil Cinderela que é uma instituição pública da cidade de Ferros/MG que atende crianças de 2 a 5 anos de idade e tem como missão garantir a equidade de tratamento e de oportunidade a todos os alunos, oferecendo-lhes cuidados e atenção de acordo com suas necessidades.

Para sua realização tem como objetivos descrever as características e funções do Projeto Político Pedagógico, sobretudo sob o prisma da escola inclusiva e democrática e apontar, através da legislação, as responsabilidades públicas e da escola quanto à acessibilidade e adaptações a serem realizadas para a inclusão da pessoa portadora de deficiência física.

Adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica baseando-se em autores renomados, na legislação e no próprio Projeto Político Pedagógico da instituição para assim realizar uma análise de seu funcionamento e gestão.

O estudo é de extrema importância visto que a questão da aprendizagem desses alunos está diretamente ligada ao processo de gestão que acontece na escola e às adaptações necessárias para o rompimento com as barreiras que os mesmos encontram para a sua inclusão na escola regular.

1. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

A organização do trabalho pedagógico depende da elaboração do Projeto Político Pedagógico que está relacionado com a organização do trabalho pedagógico. Para Veiga (2004, p.14) o Projeto Político Pedagógico é visto “como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imitado, procurando observar a visão da totalidade”. Quanto a isso é possível perceber que em relação à questão dos espaços físicos nas instituições, sobretudo no Centro de Educação Infantil Cinderela, ainda requer uma maior observação e descrição de ações pertinentes à acessibilidade partindo da construção e reelaboração de seu Projeto Político Pedagógico.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico deve partir de reflexões, questionamentos e avaliações do processo de planejamento, execução, gestão, dentre outros. Veiga (2004) afirma que esse documento busca traçar rumos, direções e compromissos definidos de forma coletiva que visam a formação cidadã dos alunos através da ação pedagógica intencional na sua atuação participativa, crítica e criativa. Sendo de responsabilidade dos gestores escolares democráticos buscar a elaboração do documento através da participação de todos os envolvidos no processo educativo, tal como os profissionais da escola, alunos, famílias e comunidade, a fim de que possam realizar mudanças na realidade escolar para melhoria da educação dos alunos.

Na perspectiva da Inclusão e todas as ações que esta requer, a elaboração do Projeto Político Pedagógico deve se fundamentar nas diferenças individuais buscando a participação desses sujeitos na vida em sociedade e na escola. Para Padilha (2003) é necessário que a escola desenvolva um projeto a partir da visão de planejamento que contribua para que as pessoas, escolas e sociedade sejam cidadãs.

Veiga (2004) aponta para o fato de que o que diz respeito à aprendizagem e ao fazer pedagógico que as escolas já contemplam em seu Projeto Político

Pedagógicas que viabilizam todo o processo pautando-se em seus alunos inclusive nos portadores de necessidades especiais.

Contudo é possível perceber que as ações citadas acima estão direcionadas para a aprendizagem. Padilha (2003) aponta para a necessidade de optar por prioridades nas ações escolares na construção de projetos que respeitem as diferenças existentes na escola e na sociedade.

Dentre essas prioridades, os projetos devem observar a questão da acessibilidade, muitas vezes esquecida na maioria dos Projetos Políticos Pedagógicos, fazendo-se cumprir o seu papel de atender às todas as necessidades dos portadores das mais diversas ordens, no caso de pouca mobilidade ou outras.

Pode-se observar a relevância dada às questões pedagógicas e metodológicas na elaboração do Projeto Político Pedagógico. E, em relação à acessibilidade dos portadores de necessidades especiais voltadas para a deficiência física e de pouca mobilidade são pouco contempladas na literatura e sobretudo na escola. Embora a Secretaria de Educação Especial - SEESP, já tenha realizado observações e apresentado normas quanto a acessibilidade dos portadores de deficiência física, pouco tem sido realizado nas escolas para o seu cumprimento, sobretudo por ainda não fazer parte do Projeto Político Pedagógico nas escolas.

Existem alguns aspectos a serem contemplados no Projeto Político Pedagógico em relação à acessibilidade desses alunos. Dentre eles, deve constar de informações sobre a Infraestrutura da escola. Para o MEC/SEESP (2010) é preciso que o PPP retrate detalhadamente o espaço físico e a existência de salas e espaços com as mais diversas funções e utilidades, além de detalhar os equipamentos, mobiliários e demais recursos destinados às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ainda segundo o MEC/SEESP (2010) o Projeto Político Pedagógico deve conter informações quanto à acessibilidade arquitetônica, pedagógica, de comunicação e informação, de mobiliários e do transporte escolar destinados aos portadores de deficiência física, uma vez que a legislação garante a todos os cidadãos o direito à

acessibilidade para a utilização dos espaços, das construções, dos transportes, dentre outros direitos, com segurança e autonomia. Na escola, enquanto espaço público, a promoção da acessibilidade e do direito de ir e vir deve acontecer com a eliminação das barreiras arquitetônicas e adequação dos espaços para atender as necessidades de cada um. A Lei 10.098/00 em seu Art.2 dá definições neste contexto:

Art. 2 para os devidos fins dessa lei são estabelecidas as seguintes definições: I- Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; II- Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade do movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em: a) Barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) Barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados; c) Barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes; d) Barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagem por intermédio dos meios e sistemas de comunicação sejam ou não de massa.

Ao que interessa a este estudo, a questão da acessibilidade vai no sentido de romper com as barreiras arquitetônicas no interior da escola, processo este que se origina na elaboração do Projeto Político Pedagógico, através de uma gestão democrática que possa envolver os usuários do sistema de ensino com suas necessidades.

O decreto n 5.296/2004 estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Entretanto não foi capaz de garantir essa acessibilidade, pois o que ainda se percebe nas escolas é a falta de acessibilidade espacial e um grande número de barreiras arquitetônicas.

A inclusão da acessibilidade no Projeto Político Pedagógico visando romper com essas barreiras se faz através de uma gestão capaz de promover uma análise das condições do local com a parceria dos pais, professores, profissionais específicos na construção. No ambiente escolar esse rompimento com as barreiras arquitetônicas são fundamentais para a acessibilidade e para aprendizagem por proporcionarem a

participação das pessoas portadoras de deficiência física nas atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. (SCHIRMER, 2007).

O atendimento a alguns direitos colaboram com a inclusão escolar. Dentre eles Schirmer (2007) aponta para a existência de ambientes projetados para incluir esses deficientes, proporcionando assim a sua socialização e integração entre indivíduos. Esses espaços destinam-se à independência e autonomia dos sujeitos para a participação nas atividades, quando possível for. (SCHIRMER, 2007).

O financiamento para a acessibilidade nas escolas é um direito garantido pela Lei 10.098/00 nas seguintes disposições:

Art. 23. A Administração Pública e Federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naquelas que estejam sob sua administração ou uso. (BRASÍLIA, 2001)

Entretanto, anteriormente ao financiamento é preciso que se estabeleça prioritariamente nas escolas quais as suas reais barreiras em relação à acessibilidade de pessoas, no caso, portadoras de necessidades físicas.

É de responsabilidade da comunidade escolar a identificação dessas barreiras para destinar os recursos disponíveis e promover a organização do ambiente. A escola neste sentido possui autonomia para a organização do seu funcionamento no atendimento a essa diversidade. Contudo a relação entre as adequações do espaço físico que proporciona oportunidades de acesso a bens e serviços, informações e relações no ambiente escolar é que tendem a favorecer a autonomia, a produtividade, a integração e a funcionalidade do aluno portador de deficiência física. Todavia alguns outros elementos compõem essa adequação e vão além do espaço físico. São materiais de suporte e de apoio que facilitam o trabalho pedagógico e a participação dos docentes.

Exemplificando o dito, BRASIL (2000, p.47) apresenta como fundamentais:

Sistemas aumentativos ou alternativos de comunicação adaptados às possibilidades do aluno impedido de falar: sistemas de símbolos (baseados

em elementos representativos, em desenhos lineares, sistemas que combinam símbolos pictográficos, ideográficos e arbitrários, sistemas baseados na ortografia tradicional, linguagem codificada), auxílios físicos ou técnicos (tabuleiros de comunicação ou sintetizadores mecânicos, tecnologia microeletrônica), e outros; Adaptação dos elementos materiais: edifício escolar (rampa deslizante, elevador, banheiro, pátio de recreio, barras de apoio, alargamento de portas, etc.) mobiliário (cadeiras, mesas e carteiras); materiais de apoio (andador, coletes, abdutor de pernas, faixas restringidoras, etc.); materiais de apoio pedagógico (tesoura, ponteiras, computadores que funcionam por contato, por pressão ou outros tipos de adaptação, etc.) Deslocamento de alunos que usam cadeira de rodas ou outros equipamentos, facilitado pela remoção de barreiras arquitetônicas; Utilização de pranchas ou presilhas para não deslizar o papel, suporte para lápis, presilha de braço, cobertura de teclado, etc.; Textos escritos complementados com elementos de outras linguagens e sistemas de comunicação.

Nesse contexto percebe-se que atuação do docente também se faz necessária para a confecção e utilização de alguns recursos fundamentais para a inclusão do aluno portador de deficiência física.

A acessibilidade, tão necessária à inclusão de portadores de deficiência física, associada às adaptações descritas acima são instrumentos fundamentais para a escola inclusiva desde que planejadas em conjunto e disponibilizadas no Projeto Político Pedagógico de cada instituição conforme as identificações quanto à necessidade de seus alunos. A questão deve ser vista como imediata e urgente, não havendo necessidade de aguardar pela matrícula desses alunos nas instituições.

Assim, como ocorre na maioria das escolas, o Centro de Educação Infantil Cinderela, conforme seu Projeto Político Pedagógico ainda não apresenta indicações de melhoria à acessibilidade de portadores de deficiência física. O argumento utilizado nesses casos é a inexistência de alunos que necessitam de tais adaptações.

No entanto, é urgente a reelaboração do Projeto Político Pedagógico e início de tais providências para que aumentem as condições de matrícula e inserção desses alunos sem prejuízos ao seu desenvolvimento escolar. Para tanto, a gestão democrática e participativa deve ser responsável pela condução desse processo incentivando a participação e colaboração da comunidade escolar para a construção de um Projeto Político Pedagógico que atenda amplamente as necessidades da clientela em consonância com a legislação e com a função social que tem a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada ano que passa crescem mais os desafios para garantir uma educação de qualidade onde os alunos possam aprender e conviver com as diferenças. A inserção escolar da criança portadora de necessidades especiais a partir da Educação Infantil possibilita que ela conheça formas diferenciadas de aprender à medida que compartilha de um ambiente comum experimentando situações de aprendizagens significativas para seu desenvolvimento.

Atualmente muito se fala sobre acessibilidade na escola, pois não basta incluir um aluno é necessário proporcionar uma educação de qualidade e um ambiente favorável para a aprendizagem onde este possa ter autonomia e condições de participar das mais variadas atividades no ambiente escolar.

A partir do momento que uma instituição de ensino assume a responsabilidade de atender a todos algumas adaptações devem ser feitas não só na estrutura pedagógica e curricular como também no mobiliário e estrutura física do prédio. No entanto, este é um assunto que não foi abordado na elaboração do Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil Cinderela.

No item 2- Estrutura Organizacional – Infra estrutura, são citadas as instalações e espaços da escola, mas em nenhum deles foram feitas as adaptações necessárias para atender crianças portadoras de necessidades especiais. Nota-se falhas na estrutura das rampas e escadas que não são protegidas por corrimãos e os banheiros e bebedouros que não são adaptados.

Os recursos e financiamento disponibilizados pelo governo e previstos em lei devem ser utilizados em prol do rompimento de barreiras existentes para que os portadores de deficiência física tenham uma ampla acessibilidade à escola e à aprendizagem. Apesar do Centro de Educação Infantil Cinderela possuir uma equipe gestora competente, neste aspecto é preciso que haja um maior engajamento para a reelaboração do Projeto Político Pedagógico em consonância com suas responsabilidades educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20-12-2000.

BRASÍLIA. Federação Nacional das APAES. **Legislação comentada para pessoas portadoras de deficiência e sociedade civil organizada.** Dezembro de 2001

FERROS. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Infantil Cinderela.** Ferros/MG ,2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares:** Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília, 1998.

_____. **Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008.** Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 03. Jan. 2015. NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 11/2010.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico:** Como construir o projeto político - pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHIRMER, Carolina R. [et al.]. **Atendimento Educacional Especializado:** deficiência física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007, 130 p.

VEIGA, I.P.A. **Projeto Político Pedagógico da Escola:** Uma construção possível. São Paulo: Editora Papirus, 2004.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**LUCIANO OLIVEIRA LELIS
MÁRCIA DE PAULA MARTINS**

BELO HORIZONTE, 2014.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Adriana Andrade Gonçalves do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	5
1.2 Visão	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA.....	6
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	6
2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA:	10
3. CURRÍCULO	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO	14
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	16
7. AVALIAÇÃO.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

O Centro de Educação Infantil Cinderela, localizada à Rua Milton Campos, nº 75, Bairro São Cristóvão, Ferros – MG, telefone: (31) 3863-1970, conta hoje com espaço físico pequeno, somente com 5 salas, refeitório, 2 banheiros e uma pequena área, sendo que área total da escola é 357 m² e atende crianças dos 2 anos e meio até 5 anos. No ano de 2014 atende 125 alunos e conta com 16 professores sendo 14 atuando, 3 fazendo outros projetos e 2 como Professor Eventual. Os especialistas são a Supervisora Pedagógica e Orientadora Pedagógica para toda rede municipal. A escola é uma das Unidades Educacionais atendida pela rede municipal de educação de Ferros/MG.

Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil, o papel da educação infantil propõe uma cultura do cuidar, repensar nas atitudes, no saber lúdico, buscando uma socialização das crianças com o contexto de conhecimento de mundo. Anísio Teixeira¹ relata esta interação afirmando que "Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra".

O PPP (Projeto Político Pedagógico) é uma proposta flexível, possibilitando Projetos, Planos de Ação e Metas a ser repensada em parceria com a comunidade escolar, reformulando e avaliando as alterações que fizerem necessárias.

O Centro de Educação Infantil Cinderela prioriza garantir a equidade de tratamento e de oportunidade a todos os alunos, oferecendo-lhes cuidados e atenção de acordo com suas necessidades. Em suas práticas de educação e cuidado, a escola integra aspectos físicos, afetivos, cognitivos, sociais e culturais das crianças, respeita a expressão e as competências infantis garantindo a identidade, a autonomia e a cidadania da criança em desenvolvimento.

¹ www.bvanisioteixeira.ufla.br

1. FINALIDADES DA ESCOLA

O Pré-Escolar Municipal Cinderela foi criado em 2 de fevereiro de 1980 através da Lei Municipal nº 632 e registrado na Secretaria de Estado de Educação com o nº 1970. Ele foi criado para atender crianças de 4 a 6 anos.

Os educadores buscaram um nome para a escola que fosse capaz de familiarizar a criança com a nova realidade, sem perder de vista o contato com o mundo da fantasia. Surgiu o nome “Cinderela” fazendo uma alusão a uma história infantil que encantou crianças de todas as idades, durante vários anos.

O Pré-Escolar Municipal funcionava num salão do prédio do CESEC, localizado na Rua Silveira Drumond, nº 260 - Bairro Santa Luzia, Ferros MG, até dezembro de 2004. A partir do ano de 2005 foi transferido para um prédio que funcionou como posto de saúde durante vários anos, situado na Rua Milton Campos, nº 75 - Bairro São Cristóvão, Ferros – MG.

Esta mudança tornou-se necessária tendo em vista que o prédio antigo não atendia as diferentes funções da instituição no que diz respeito ao tamanho, iluminação, espaço para recepção, sala para serviço administrativo – pedagógico, refeitório, área ao ar livre para atividades de expressão física, artística e de lazer.

Hoje o Centro de Educação Infantil Cinderela atende mais de 100 crianças com idade de 2 anos e meio a 5 anos devido á uma pressão da sociedade ferrense que pediu a ampliação do atendimento uma vez que está satisfeita com o trabalho sério que a instituição está fazendo a fim de beneficiar um número maior de crianças, absorvendo a demanda em um Centro de Educação Infantil.

1.2 Visão

O Centro de Educação Infantil Cinderela prioriza garantir a equidade de tratamento e de oportunidade a todos os alunos, oferecendo-lhes cuidados e atenção de acordo com suas necessidades. Em suas práticas de educação e cuidado, a escola integra aspectos físicos, afetivos, cognitivos, sociais e culturais das crianças, respeita a

expressão e as competências infantis garantindo a identidade, a autonomia e a cidadania da criança em desenvolvimento.

Portanto a diversidade cultural, regional e conhecimento de mundo, faz com que o Educador pense e repense na sua prática pedagógica podendo intervir, aferir e promover uma educação significativa.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA

O Centro de Educação Infantil Cinderela acredita que o professor necessita ter uma ampla formação que lhe permita trabalhar conteúdos desde os cuidados básicos à conhecimentos específicos, buscando informações necessárias e apoio na comunidade, dialogando e compartilhando com seus pares afim de trabalhar com um proposta curricular de qualidade.

O Regimento do Centro de Educação Infantil Cinderela no artigo 19 apresenta a seguinte redação: O professor para atuar no Centro de Educação Infantil Cinderela será formado na Educação Superior especifica admitida como formação mínima à oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

O Centro de Educação Infantil Cinderela conta hoje, com os seguintes professores compondo o seu corpo docente:

- Milena Carvalho Machado - Curso Normal de Nível Médio, Licenciatura Plena em letras;
- Maria José de Oliveira Valgas - Curso Normal de Nível Superior, Pós Graduação em Educação Infantil;
- Mônica de Carvalho Bretas Chaves – Curso Normal de Nível Superior, Pós Graduação em Psicopedagogia;

- Rita de Cássia Duarte Quintão da Silveira – Curso Normal de Nível Superior, Pós-Graduação em Educação Especial;
- Rosilene Quintão Morais – Curso Normal de Nível Superior;
- Maria Perpétua de Andrade – Curso Normal de Nível Superior; Pós-Graduação em Educação Infantil;
- Maria José de Oliveira – Curso Normal Superior, Pós-Graduação em Psicopedagogia;
- Elisabete Quintão de Almeida Nogueira – Curso Normal de Nível Médio, Curso Normal de Nível Superior;
- Maria de Lourdes Andrade – Curso Normal de Nível Médio, Curso Normal de Nível Superior;
- Irma Maria da Silva Pereira – Curso Normal de Nível Superior;
- Ana Andrade da Silva - Curso Normal de Nível Superior;
- Ana Maria Vieira - Curso Normal de Nível Superior;
- Ângela Maria Barbosa - Curso Normal de Nível Superior;
- Filda Alves Drumond Ramos - Curso Normal de Nível Superior;
- Maria José Oliveira Santos - Curso Normal de Nível Superior;
- Mariana Dias Drumond - Curso Normal de Nível Médio, Licenciatura Plena em letras;
- Lucilene Almeida Teixeira – Curso Normal Superior e Pós-Graduação em Inspeção, Supervisão e Orientação;
- Luciano Oliveira Lelis – Curso Normal Superior, Pós-Graduação em Psicopedagogia – em afastamento para Diretor das Escolas da Rede Municipal.

INFRAESTRUTURA

Os espaços internos e externos do Centro de Educação Infantil Cinderela são adequados ao trabalho com a educação infantil nos quesitos de ventilação, iluminação e espaço necessário para as atividades. O prédio da escola é bonito, limpo e conservado. O mobiliário e os equipamentos são concebidos e adaptados às crianças.

As carteiras estão organizadas segundo a concepção pedagógica adotada pela escola. Os alunos demonstram prazer quando vão para a escola. A escola é tranquila e adequada para o desenvolvimento das atividades intelectuais.

Há na escola:

- I – espaços para recepção;
- II – salas para professores e serviços administrativo-pedagógicos;
- III – salas para atividades das crianças, com áreas de 1,50 m² por criança, boa ventilação e iluminação, e visão para o equipamento adequado;
- IV – refeitório;
- V – instalações sanitárias completas, suficientes e próprias para uso das crianças;
- VI – área coberta para atividades externas compatível com a capacidade de atendimento da instituição por turno;
- VII – área ao ar livre para atividades de expressão física, artística e de lazer.

RECURSOS MATERIAIS

O Centro de Educação Infantil Cinderela possui:

- I. Materiais pedagógicos e brinquedos nos espaços internos e externos, dispostos de modo a garantir a segurança e autonomia da criança e como suporte de outras ações intencionais:
- II. Recursos materiais adequados às diferentes faixas etárias e ao número de crianças.
- III. Brinquedos educativos, equipamentos educacionais playground e lazer:
 - Playground Play Júnior;
 - Piscina de bolinha;
 - Jogos educativos e recreativos;
 - Jogos de psicomotricidade;
 - Quebra-cabeças para desenvolvimento das capacidades perceptivas;
 - Jogos de audição e percepção visual;
 - Kits e jogos para desenvolvimento do raciocínio matemático;
 - Baús com conjuntos de brinquedos de madeira e plástico (sacolão criativa com 1000 peças);
 - Colchonetes;

- Piscina;
- Bolas, bonecas, carrinhos, etc.
- Grande acervo de livros de literatura infantil de 1 a 6 anos;
- Acervo teatral diversificado.

O Centro de Educação Infantil Cinderela conta com diversos recursos materiais como livros, brinquedos, tintas, argila, blocos para construção, roupas, materiais de sucata dentre outros para serem utilizados para brincar possibilitando à criança a construção do próprio conhecimento através de experiências, interação com os objetos e colegas, criando e atribuindo novos significados.

O espaço para as brincadeiras é privilegiado no Centro Infantil Cinderela e garante a autonomia e segurança da criança, todos os materiais são de boa qualidade.

RECURSOS FINANCEIROS

CAIXA ESCOLAR

O Centro de Educação Infantil Cinderela não conta com Caixa Escolar. Os recursos são administrados pela administração do Centro de Educação Infantil em comum acordo com a secretaria Municipal de Educação. A Secretaria Municipal da Administração e Fazenda é a responsável pelo processo de compra e pagamento dos bens adquiridos.

MERENDA ESCOLAR

A merenda servida no Centro de Educação Infantil Cinderela atende as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis. A elaboração do cardápio escolar está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação objetivando suprir, no mínimo, 30% das necessidades nutricionais diárias das crianças respeitando seus hábitos alimentares e a vocação agrícola da comunidade.

A SME faz a compra da merenda em comum acordo com a Administradora da escola, mas o órgão responsável pelo processo de licitação e pagamento dos gêneros alimentícios é a Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

2.2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA:

A estratégia pedagógica do Centro e Educação Infantil Cinderela é a do ciclo que ele amplia as possibilidades de sucesso escolar e propicia relação mais flexível e dinâmica entre o tempo disponível, os objetos curriculares e o ritmo de aprendizagem dos alunos de uma mesma faixa etária.

Os alunos são agrupados de modo a favorecer as interações, o atendimento diferenciado e o desenvolvimento apropriado das atividades curriculares, tendo em vista garantir uma afetiva aprendizagem a todos.

Na metodologia do Centro de Educação Infantil Cinderela, cada componente curricular tem sua estratégia didática. Os conteúdos curriculares são desenvolvidos através de situações problemas. A aprendizagem é constituída a partir de procedimentos operatórios como observação, a experimentação, a expressão, a comunicação, a comparação, a análise e síntese, a memorização compreensiva. O trabalho em grupo é valorizado e cada professor tem uma coleção de três volumes que compõe o Referencial Curricular para a Educação Infantil para servir de suporte em sua atuação.

As salas de aula são organizadas de maneira que as crianças tenham autonomia na utilização dos materiais disponíveis e tudo que é produzido pelas crianças é exposto servindo de referência para novas produções e competências. O Centro de Educação Infantil Cinderela está equipado com computadores e internet acessível aos professores e alunos. Com o avanço da tecnologia o professor tem de buscar novas formas e estratégias para criar condições de aprendizagem oportunizando às crianças a interação com o mundo.

O que a criança é capaz de fazer hoje em cooperação, será capaz de fazer sozinha amanhã. Portanto, o único tipo positivo de aprendizagem é aquele que caminha à frente do desenvolvimento, servindo-lhe de guia. (...) O

aprendizado deve ser orientado para o futuro, e não para o passado. (Vygotsky, 2007, p.89).

Esta visão de Vygotsky demonstra que o ensino tem que estar sempre atualizado e oportunizando novas descobertas a fim de desenvolver as múltiplas capacidades do ser humano.

3. CURRÍCULO

O Currículo de Centro de Educação Infantil Cinderela considera as especialidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a cinco anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania alicerçada nos seguintes princípios:

- O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e a estética;
- A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

A estes princípios cabe acrescentar que as crianças têm direito, antes de tudo, de viver experiências prazerosas nas instituições. (RCNEI p.12 V.I)

O Centro de Educação Infantil Cinderela procura explicitar seus conflitos, trabalhando e discutindo divergências. Valoriza o diálogo em todos os níveis e em todas as situações de conflito, pratica a justiça, incentiva a responsabilidade pessoal, a tolerância, a liberdade de expressão e a generosidade. Conhece e vivência os princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e acredita

ser importante discutir com as crianças as normas de conduta que elas devem assumir dentro e fora da escola.

A disciplina, o respeito, a conduta ética são vivenciadas por todos que convivem na escola. Os professores e as crianças elaboram o código de conduta e de convivência uma vez que a escola acredita que é um ótimo instrumento educativo para que os alunos adquiram autonomia e consciência moral. Esse código é discutido no início do ano letivo já que é uma grande oportunidade para sua melhor compreensão, socialização e internalização.

Os alunos são a referência para a escolha das situações educativas no Centro de Educação Infantil Cinderela. Todos os componentes curriculares são valorizados. O Centro de Educação Infantil Cinderela prepara seus alunos para ter uma visão crítica dos meios de comunicação. Prepara-os para compreender as mensagens que estão subentendidas ao discurso da mídia principalmente a linguagem das propagandas. Capacita-os para utilizar as novas tecnologias de informação no seu cotidiano, empregando a informática, a internet, a multimídia como recursos didáticos.

Vygotsky (2007) defende que o conhecimento se constrói através da mediação, onde é o contexto sócio histórico que dá sentido ao objeto. O teórico explica que:

O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social. (VYGOTSKY, 2007, p. 20)

O Centro de Educação Infantil Cinderela define seu currículo à luz do desenvolvimento da sociedade, da ciência e da tecnologia, elementos fundamentais no mundo em que o aluno deverá atuar quando adulto. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, explica no art. 30, capítulo II, seção II que:

A estrutura curricular da Educação Infantil se apoia em uma organização por idade – crianças de zero a três anos e crianças de quatro a cinco anos – e se concretiza em dois âmbitos de experiência – Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo – que são constituídos pelos seguintes eixos de trabalho: Identidade e autonomia, Movimento, Música, Artes visuais, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, e Matemática.

Vygotsky reafirma que o não entrelaçamento entre o afeto e a cognição resulta em:

[...] uma das principais deficiências da psicologia tradicional, uma vez que esta apresenta o processo de pensamento como um fluxo autônomo de pensamentos que pensam a si próprios, dissociados da plenitude da vida, das necessidades e dos interesses pessoais, das inclinações e dos impulsos daquele que pensa. (VYGOTSKY apud LEITE, 2002, p.119)

O Centro de Educação Infantil Cinderela não tem um sistema de educação próprio, portanto segue o regimento e normas da superintendência Regional de Ensino de Nova Era (SRE Nova Era/MG) uma vez que Secretaria Municipal de Educação SME – Ferros é vinculada a ela. O processo é desenvolvido por todas as escolas municipais de Ferros, trabalhando de forma mais homogênea no município. O CEI. Cinderela tem o representante da escola que o Administrador Escolar que esta a frente das situações. E possui o Diretor de Ensino das Escolas Municipais gerencia de uma forma geral da rede ensino municipal e Secretario Municipal de Educação que gerencia de forma descentralizada, podendo intervir no gerenciamento das ações.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A fim de desenvolver a autonomia da criança, são oferecidas atividades diversificadas em um mesmo tempo e espaço, assim a criança tem a oportunidade de escolher aquilo que é necessário para sua aprendizagem naquele momento. Como disse Carlos Drummond de Andrade (*apud* FORTUNA, 1994, p. 1):

[...] brincar com as crianças não é perder tempo, é ganhá-lo. Se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem.

A construção da identidade e a conquista da autonomia pelas crianças são processos que demandam tempo e respeito às suas características individuais. Pensar nas sequencia de atividades implica planejar experiências que se organizam em etapas diferenciadas e com graus de dificuldades diversos. Vários projetos

relacionados ao faz-de-conta podem ser desenvolvidos e projetos que visem discutir a identidade cultural brasileira também são interessantes.

A estratégia pedagógica do Centro e Educação Infantil Cinderela é a nomenclatura de período por idade fazendo uma relação com espaço, tempo e condições de cada educando, tendo os objetos curriculares e o ritmo de aprendizagem dos alunos de uma mesma faixa etária. Segue a seguinte nomenclatura:

Maternal I – Criança com 2 anos e meio

Maternal II – Criança de 3 anos

1º Período – Criança de 4 anos

2º Período – Criança de 5 anos

O Centro de Educação Infantil Cinderela oferece, no mínimo, 4 horas diárias de atendimento educacional, visando atender a comunidade nos seus aspectos socioeconômicos e culturais.

O Centro de educação Infantil Cinderela acredita que a atmosfera criada pelos adultos precisa ter um forte componente afetivo, um ambiente seguro, tranquilo e alegre reflete no desenvolvimento da criança a partir do momento em que se sentem seguras, respeitadas e encorajadas tendem em se desenvolver mais.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Em um mundo com constantes mudanças, o processo de decisão surge como condição indispensável para que as escolas atinjam seu objetivo. O processo decisório está embasado nas estratégias adotadas e leis que regem o cotidiano escolar com vista a enfrentarem os desafios que a educação impõe.

O Administrador Escolar é indicado pelo SME levando em consideração o perfil do Diretor que a escola necessita, não possui vice. Gisely Magalhães Oliveira Alves é a

atual administradora do Centro de Educação Infantil Cinderela. Ela é formada em Pedagogia e pós-graduada em Supervisão.

O setor pedagógico é localizado na Secretaria Municipal de Educação, sendo o ponto de referência, fazem atendimento nas escolas da rede municipal e na SME. A Supervisora Pedagógica Suely Dias Duarte, funcionária efetiva, habilitada em Curso Normal Superior, Pós Graduação Psicopedagogia, Educação Infantil e Inspeção Escolar, direciona os trabalhos juntamente com a Orientadora Pedagógica Lúcia Regina Silva de Lima, habilitada em Pedagogia, nas áreas de Inspeção Escolar, Supervisão e Administração Plena, graduada em Pós Graduada em Direitos Educacionais.

O desenvolvimento financeiro da escola é deliberado pela SME sobre a aprovação do Conselho do FUNDEB, monitorado por decisões de ordem administrativa e financeira do Secretário Municipal de Educação Carlos Elísio de Oliveira, licenciado em História e Pós Graduado em Meio Ambiente e Sustentabilidade, Gestão Ambiental e História do Brasil e o Diretor Escolar das Escolas Municipais Luciano Oliveira Lelis, habilitado em Curso Normal Superior e Pós Graduado em Psicopedagogia. Somente possui o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) que é administrado pelo Conselho do Caixa Escolar do PEM. Cinderela.

A comunidade escolar conhece, através de reuniões e debates, os deveres da Administradora Escolar expressos no Regimento da escola adquirindo o direito ao diálogo e assumindo um espaço de participação, garantido assim, o exercício a liberdade e a cidadania.

Todos os professores que atuam do Centro de Educação Infantil Cinderela são concursados que foram nomeados. O Centro conta ainda com a criação de espaços de formação docente em serviço, para estudos, leituras, pesquisas, reflexões, discussões coletivas, análise crítica das práticas pedagógicas que tem se mostrado como uma das medidas mais efetivas para a melhoria da qualidade do processo educativo. Estes espaços são realizados no Centro Cultural Roberto Drummond. Dentro dos trabalhos pedagógicos a Instituição tem uma parceria com a Editora de livros didáticos da Educação Infantil que promovem capacitação dos docentes,

adquirindo os livros e em contrapartida oferecendo os cursos de atualização das práticas pedagógicas e valorização dos professores.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

No Centro de Educação Infantil Cinderela são estabelecidas regras de convivência onde todos trabalham com respeito e companheirismo, desenvolvendo trabalhos em grupo e dando suporte uns aos outros, respeitando suas diferenças. Este ambiente de boas relações entre os colegas de trabalho proporciona um sentimento de confiança e afeto, tornando o ato de ensinar algo prazeroso e gratificante.

O profissional do Centro de Educação Infantil Cinderela é avaliado em todas as dimensões que, direta ou indiretamente, interferem em sua conduta e desempenho profissional. A avaliação de desempenho acontece pelos representantes: Secretário Municipal de Educação, Diretores, Administrador Escolar e Equipe Pedagógica e tem como objetivo refletir sobre suas práticas aprimorando sua competência profissional. Nela busca avaliar as competências técnicas, trabalho em grupo, criatividade, liderança e relacionamento interpessoal.

Os direitos, deveres, limites e normas consideradas básicas para regular as relações pessoais e profissionais são definidos de forma democrática e coletiva. O que prevalece na escola são as relações solidárias, o diálogo e a cooperação entre os pares. Como afirma Hora (1999, p.24), “a escola como instituição social tem a possibilidade de construir a democracia como forma política de convivência humana”.

O Centro de Educação Infantil Cinderela estabelece um diálogo aberto com as famílias, no processo educativo infantil.

Os pais têm acesso à:

- filosofia e concepção de trabalho da instituição;

- informações relativas ao quadro de pessoal com as qualificações e experiências;
- informações relativas à estrutura e funcionamento da Creche ou de Pré Escola;
- condutas em caso de emergência e problemas de saúde;
- informações quanto à participação das crianças e famílias em eventos especiais.

Os pais são parceiros da escola na empreitada de educar o aluno. A família participa de reuniões bimestrais para o conhecimento interativo com as oportunidades de saber e educar.

A comunidade ferrense tem acesso aos espaços do Centro de Educação Infantil Cinderela sempre que solicitado. Ela fica aberta para a comunidade nos fins-de-semana quando há necessidade.

O Centro de Educação Infantil Cinderela mantém estreito relacionamento com o Conselho Tutelar de Ferros. Ele trabalha de forma cooperativa com ele e busca auxílio em caso de necessidade. CRAS e Posto de Saúde trabalham em parceria oportunizando atendimento psicológico e medico, desenvolvem também trabalhos de prevenção na saúde conscientizando e avaliando um diagnóstico de ação social, junto a comunidade escolar.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos do Centro de educação Infantil Cinderela “[...] far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (LDB, 1996, art.99). A avaliação será fundamental apoio de intervenção do professor auxiliando no processo de ensino aprendizagem referentes na LDB no seu artigo 31, seção II, todo processo um diagnostico de forma expressiva e significativa para reaver medidas pedagógicas e educativas referentes os avanços das crianças.

Em relação às crianças, a avaliação deve ser vista como um processo de aprimoramento da aprendizagem, onde cada um possa acompanhar suas conquistas observando os avanços e dificuldades. A avaliação não deve ser pensada como função punitiva, de forma somatória, informativa e questionadora,

mas sim, observando os efeitos da aprendizagem dos educandos e possibilitando a superação de suas limitações.

Jussara Hoffmann (2000,p.48) afirma que:

A avaliação em educação infantil precisa resgatar urgentemente o sentido essencial de acompanhamento do desenvolvimento infantil, de reflexão permanente sobre as crianças em seu cotidiano como elo da continuidade da ação pedagógica. O conhecimento de uma criança é construído lentamente, pela sua própria ação e por suas próprias ideias que se desenvolvem numa direção: para maior coerência, maior riqueza e maior precisão. Portanto, mediar a ação educativa, significa para o educador a abertura de entendimento a essas permanentes possibilidades, consciente de que as suas expectativas podem não corresponder às formas peculiares e próprias da criança responder às situações.

Assim como as próprias crianças, os pais têm acesso aos processos de avaliação e acompanham de perto os avanços e conquistas de seus filhos. O processo de avaliação acontece no formato de relatório diagnóstico reflexivo e semestralmente, portando uma avaliação precisa no ambiente educacional, podem pais e educadores se questionar de forma coesa e coerente em ações e metas para planejamento do desenvolvimento escolar na sala de aula.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), orienta na Resolução CNE/ CEB nº 05/09 que a avaliação deve ser compreendida como parte de todo processo pedagógico, sem motivo de progressão ou classificação. É fundamental registrar todos os processos e fases da criança, acompanhado seu desenvolvimento na aprendizagem, (re)planejando atividades e intervindo pontualmente, estimulando avanços, respeitando logicamente o ritmo individual e a etapa de desenvolvimento que a criança se encontra. Os registros são feitos através do Portfólio; observação através de brincadeiras, jogos e demais atividades desenvolvidas dentro e fora de sala. Em conformidade com Hernández (2000, p. 9).

O portfólio é continente de diferentes classes de documento (notas pessoais, experiências de aula, trabalhos pontuais, acompanhamento do processo de aprendizagem, conexões com outros temas fora da escola, representações visuais, dentre outros) que proporciona uma reflexão crítica do conhecimento construído, das estratégias utilizadas, e da disposição de quem o elabora em continuar aprendendo. O portfólio constitui uma forma de avaliação dinâmica realizada pelo próprio aluno e que mostra seu desenvolvimento e suas mudanças através do tempo.

Deste modo as crianças são avaliadas continuamente através das práticas desenvolvidas na sala de aula, sendo assim observados os aspectos físicos, sociais, emocionais e cognitivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro de Educação Infantil Cinderela atende as crianças da comunidade de acordo com os Referenciais Curriculares Nacional para Educação Infantil garantindo o cuidado, oportunizando situações de aprendizagem e orientando-os a serem cidadãos de direitos e deveres. Com o avanço da tecnologia os professores buscam cada vez mais se atualizarem para que assim possam dar maiores contribuições aos alunos possibilitando um acesso direto com o mundo através dos meios de comunicação.

A atualização do PPP da escola junto a comunidade escolar, que acontece sempre que necessária, é outro ponto marcante, uma vez que tem como objetivo proporcionar reflexões e ações que venham contribuir com a melhoria da necessidades da instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Secretaria de Educação Básica. Brasília : MEC, SEB, 2010. 36 p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº. 9394/1996.

FORTUNA, T. R. **Aventuras psicopedagógicas na sala de aula:** a contribuição do construtivismo piagetiano. Revista Psicopedagogia. São Paulo, 13 (31), 19-24, 1994.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura Visual, mudança educativa e projeto de trabalho.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora:** uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2000.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola.** 6. ed. São Paulo: Papirus, 1999. cap. 3.

LEITE, S.A.S. TASSONI, E.C.M. **A afetividade em sala de aula:** As condições de ensino e mediação do professor. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2007.